

Esperança que vem do campo

Chico Santos, para *Conjuntura Econômica*, do Rio de Janeiro*

Se no terreno dos indicadores macroeconômicos o ano de 2017 começou com a boa notícia de que a inflação oficial de 2016 ficou dentro do teto da meta, caindo de 10,71% em 2015 para 6,29% e abrindo espaço para a desejável redução da taxa de juros básica (Selic), na frente produtiva, o alento veio novamente do campo. Seja pela medição da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que leva em conta o ano-safra (de julho do ano anterior a junho do ano de referência), seja pela do IBGE, que trabalha com o ano gregoriano, as estimativas são de que a safra de grãos de 2017 será recorde, 215,3 milhões de toneladas segundo a Conab, 213,7 milhões pelos cálculos do IBGE na terceira etapa do seu Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), se o regime de chuvas seguir favorável.



Mesmo com o mercado interno ainda cambaleante, com o Produto Interno Bruto (PIB) não devendo crescer mais de 0,3%, segundo a última estimativa do Boletim Macro IBRE, da Fundação Getúlio Vargas, após dois anos consecutivos de recessão severa, a demanda internacional firme gerada por um crescimento global de 2,8%, segundo o FMI, deverá garantir aumento da receita do campo, tanto para produtos agrícolas quanto para a pecuária. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima que o Valor Bruto da Produção (VBP) rural crescerá 2,3% em 2017, alcançando R\$ 554,2 bilhões.

O VBP agrícola crescerá 3,4%, impulsionado por um aumento de 6,2% no valor da safra de grãos, enquanto na pecuária o crescimento será de apenas 0,4%, consequência de uma queda de 0,5% no VBP da carne bovina. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), o fraco desempenho da economia doméstica somado a fatores que contribuirão para o aumento da oferta, como a queda no abate de matrizes nos últimos três anos e a maior disponibilidade de boi gordo gerada pela redução do abate de animais em confinamento no ano passado, tendem a pressionar para baixo o preço da carne bovina, ao menos neste primeiro semestre, reduzindo a rentabilidade ao produtor.

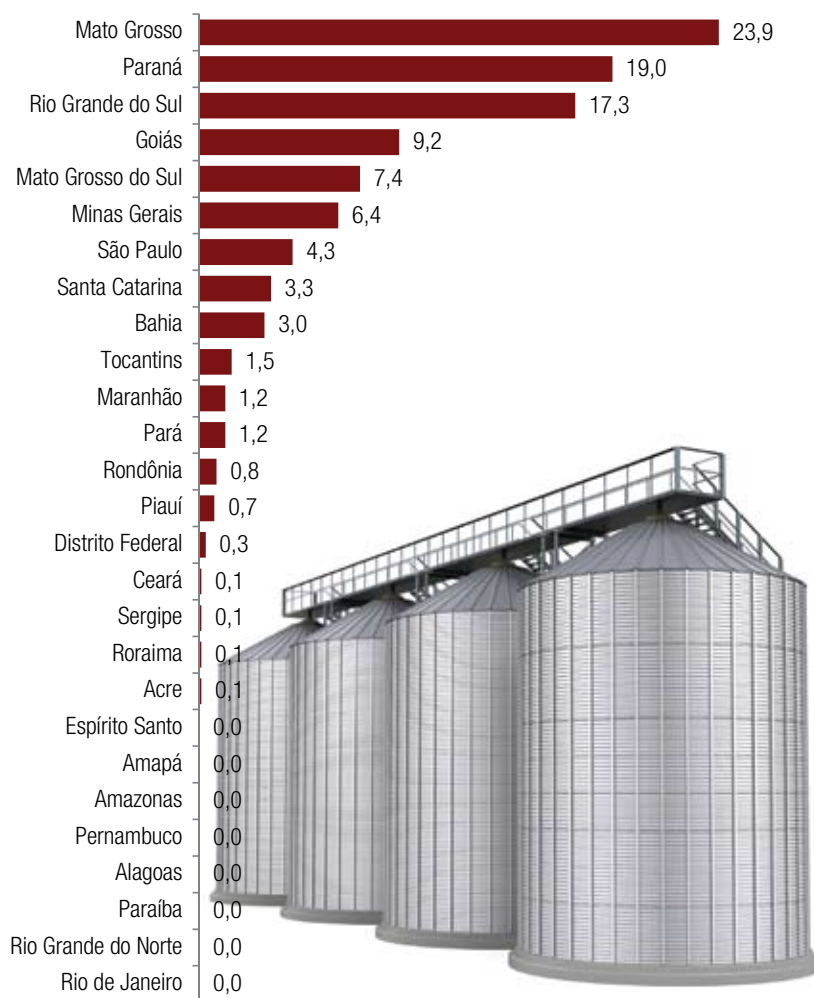
Embora nas medições oficiais do PIB feitas pelo IBGE a agropecuária tenha um peso reduzido, próximo a 5% do total, quando se

somam à produção rural primária os valores referentes a insumos, à atividade agroindustrial e aos serviços gerados pela atividade no campo, o número global ganha robustez. Com base nessa metodologia, os técnicos da CNA calculam que em 2017 a contribuição da agropecuária para o PIB brasileiro será de 23%, até um pouco menor do que os 23,5% estimados para 2016, consequência de uma baixa contribuição vinda da agroindústria. Confirmada a estimativa da CNA, o PIB do agronegócio crescerá em 2017. A redução se explica, mesmo com uma expectativa de aumento de 2% desse PIB agrícola ampliado este ano, porque é esperado algum crescimento do PIB total do país em 2017, enquanto em 2016 estima-se que houve uma recessão de aproximadamente 3,5%, enquanto o PIB do agronegócio teria crescido entre 2,5% e 3% segundo a metodologia da CNA.

O certo é que por mais um ano o negócio rural brasileiro deixará parte do seu rendimento perdido na ineficiência da infraestrutura logística do país, seja pela baixa utilização de modais de transporte mais econômicos, como o hidroviário e o ferroviário, seja pela má qualidade das vias do modal hegemônico, o rodoviário. “Precisamos que a BR 163 seja finalizada e consideramos isso como um vetor logístico necessário para a integração e desenvolvimento do eixo do rio Tapajós”, disse Rodrigo Koelle, gerente de Transportes da Cargill, empresa que vem fazendo grandes investimentos para escoamento da safra de grãos pelo chamado Arco Norte. Koelle entende que no lon-

Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul produzem mais de 60% da safra de grãos

Participação (%) na safra de grãos de 2016



Fonte: IBGE.

go prazo a integração ferroviária-hidrovia será a melhor saída para baratear o escoamento da safra e aumentar sua competitividade e rentabilidade (veja na página 54, mais informações sobre o problema logístico do agronegócio).

Todos os cálculos e estimativas de crescimento da economia rural este ano ainda estão sujeitos a fatores internos e externos que ainda poderão alterá-los, começando pelo comportamento do clima que ain-

da pode alterar o desempenho da produção rural, embora todas as medições que vêm sendo feitas indiquem poucas chances de que isso venha a acontecer de forma significativa. Em relação à expectativa de uma safra recorde de 104,9 milhões de toneladas de soja, por exemplo, a única preocupação climática manifestada pelo gerente do LSPA do IBGE, Carlos Alfredo Guedes, foi com a escassez de chuvas na região produtora do oeste da Bahia, situ-

ação que se alterou favoravelmente nas semanas seguintes.

De qualquer forma, não é demais lembrar que no LSPA divulgado em março do ano passado a previsão para a safra de 2016 era de 211,3 milhões de toneladas, quebrando o recorde de 209,5 milhões de toneladas efetivamente alcançado. A safra de 2016, segundo o levantamento feito em dezembro e divulgado pelo IBGE em janeiro deste ano junto com a estimativa para 2017 foi de 184 milhões de toneladas de grãos. A seca foi a principal responsável pela quebra de expectativas.

Efeito Trump e a China

No plano internacional, as maiores dúvidas vêm das políticas que efetivamente serão adotadas pelo novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (ver pág. 62). Em seus primeiros dias de governo, Trump demonstrou fidelidade ao discurso de campanha, orientado a uma política comercial protecionista. Anunciou a retirada dos Estados Unidos do Acordo Transpacífico (TPP), e sinalizou a intenção de aplicar uma taxa de 20% sobre as importações de origem mexicana. O outro fator decisivo para o comércio internacional, não apenas de produtos agropecuários, é o comportamento da China, cujo gigantismo do mercado é fator de aceleração ou retração desse comércio, dependendo do rumo que venha a ser tomado. O câmbio é outra fonte de incertezas, uma vez que a desvalorização do real é boa para as exportações, mas ruim para as importações de insumos. Neste campo, a avaliação dos agentes é

que a volatilidade, que pode vir de um cenário político-econômico interno ainda indefinido, é o pior dos mundos. Eles torcem por alguma estabilidade em torno da casa dos R\$ 3,40 por dólar estimado pelo Banco Central (BC) para o fechamento do ano.

O coordenador Científico do Cepea, Geraldo Barros, avalia que se Trump efetivamente colocar em prática suas promessas de recuperar empregos no país, elevando tarifas de importação para estimular a produção doméstica e desenvolvendo um programa de obras de infraestrutura acelerado, vai gerar vários efeitos negativos, começando pelo aumento da inflação doméstica e, conseqüentemente, da taxa de juros que baliza o mercado internacional de financiamentos. Irá também atrair a reação internacional contra seu protecionismo, antagonizando-se especialmente com a China, país que seria o mais prejudicado com essa mudança de rota.

Barros acredita que, por enquanto, o agronegócio brasileiro é resiliente o necessário para sobreviver a uma perspectiva de turbulência internacional. “Até agora o agronegócio e, sob certos cenários, a indústria de base mineral estão preparados para sobreviver – não necessariamente prosperar – diante de turbulências políticas-econômicas mundiais e conseqüente crescimento mais devagar”, afirma, considerando a perspectiva de juros internacionais mais altos e dólar valorizado. Na avaliação do especialista, o agronegócio brasileiro deve dar especial atenção às flutuações do dólar de origem doméstica e ao preço do petróleo, matéria-

prima básica dos seus principais insumos. E torcer para que a China continue crescendo com sua moeda, o yuan, fortalecida.

Pedro Henrique Pereira, assessor técnico da Superintendência de Assuntos Internacionais da CNA, afirma que se Trump realmente colocar em prática seu programa

protecionista “pode desencadear uma guerra comercial global que pode ter conseqüências para todos os países”. Apesar das incertezas que cercavam os rumos da política do novo presidente norte-americano até o fechamento desta edição, Pereira ressaltou que a escolha de Robert Lighthizer para ocupar a

Soja será quase metade da safra total do ano

Safra de cereais, leguminosas e oleaginosas 2017 por produtos (mil t)

Produto	Produção total**
Algodão herbáceo	2.199,0
Amendoim 1ª safra	415,0
Amendoim 2ª safra	22,3
Arroz em casca	11.587,5
Aveia em grãos	681,3
Centeio em grãos	6,1
Cevada em grãos	325,7
Feijão em grãos 1ª safra	1.580,1
Feijão em grãos 2ª safra	1.186,8
Feijão em grãos 3ª safra	495,9
Girassol em grãos	80,7
Mamona	20,0
Milho em grãos 1ª safra	29.474,3
Milho em grãos 2ª safra	53.494,1
Soja em grãos	104.915,8
Sorgo em grãos	1.766,1
Trigo em grãos	5.379,0
Triticale em grãos*	58,3
Total	213.687,9



Fonte: IBGE – 3º LSPA (dezembro/2016) para a safra 2017.

*Híbrido de trigo e centeio.

**Soma das estimativas baseadas nos dados da safra já disponíveis com projeções baseadas em anos anteriores.

representação do comércio exterior do país era um indicativo de que Trump não pretendia ficar apenas na retórica eleitoral no que se refere ao protecionismo. Tradicional advogado da indústria de aço dos Estados Unidos, Lighthizer é visto pelo analista da CNA como o nome talhado para colocar em prática o discurso de rever os acordos internacionais do país e de confrontar tradicionais parceiros comerciais dos americanos, especialmente a China e o México.

Outra preocupação manifestada por Pereira foi quanto à política agrícola de Trump. Eleito com amplo apoio de agricultores e pecuaristas, o presidente norte-americano assumiu o compromisso de rever regulamentos ambientais há muito questionados pela economia rural do país. Pereira lembra que, em campanha, Trump chegou a participar de uma reunião do conselho da poderosa American Farm Bureau Federation, a correspondente norte-

A China é a maior importadora de produtos agropecuários brasileiros, tendo em 2016 comprado US\$ 20,8 bilhões, o que corresponde a 24,5% do total exportado pelo Brasil

americana da CNA, lembrando que o Departamento de Agricultura é responsável, entre outras coisas, por irrigar anualmente o campo dos Estados Unidos com bilhões de dólares subsidiados. “Os Estados Unidos são grandes exportadores de produtos agrícolas e a sua política tende a gerar distorções no mercado

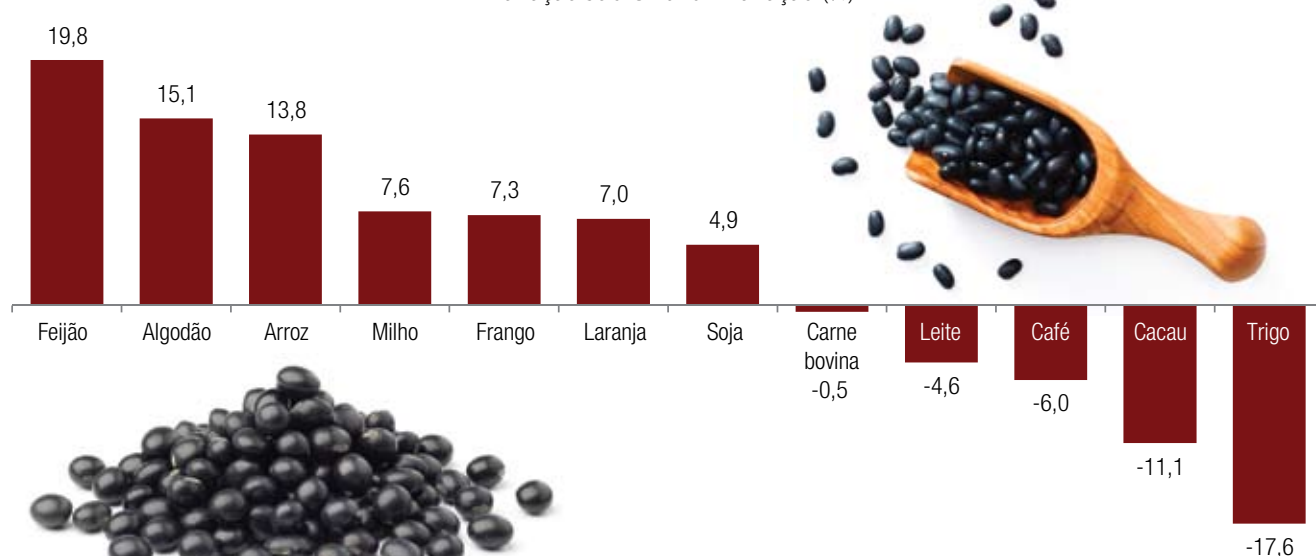
internacional, causando prejuízos ao produtor brasileiro”, resumiu.

Diante do quadro que se desenha na nação mais poderosa do mundo, Pereira adverte que, a par de intensificar seus esforços para fortalecer a imagem do Brasil como grande produtor agropecuário dentro dos padrões de exigência mais rigorosos internacionalmente, combatendo políticas que na realidade representam barreiras não tarifárias às exportações brasileiras, a diplomacia comercial do país deverá ficar atenta a uma futura alta das tarifas agropecuárias, inclusive em consequência de acordos internacionais dos quais o país acabou ficando de fora.

Em relação à China, o assessor da CNA avalia que o Brasil seguirá colhendo os frutos positivos do contínuo crescimento da urbanização e da classe média do país que seguirão exigindo cada vez mais produção e importação de alimentos, mesmo em um contexto de redução do ritmo

Feijão terá maior crescimento do valor bruto da produção este ano

Variação sobre 2016 – Variação (%)



Fonte: CNA.

de crescimento da economia chinesa como um todo. Pereira ressaltou que a China já se consolidou como maior importadora de produtos agropecuários brasileiros, tendo em 2016 comprado US\$ 20,8 bilhões, o que corresponde a quase um quarto (24,5%) do total desses produtos exportado pelo Brasil.

Quase 90% da safra

De acordo com os números do LSPA, do IBGE, da safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas esperada para o Brasil este ano, 87,9% correspondem a soja (49,1%) e milho (38,8%), este envolvendo a primeira e a segunda safra. Dos 12,1% restantes, 5,4% correspondem a arroz e 2,5% ao trigo, restando 4,2% para outros dez produtos, inclusive o brasileiro feijão, cujas três safras do ano correspondem a 1,5% do total na estimativa para 2017. O café, outro produto de grande relevância na agricultura e no comércio brasileiro, está incluído nas estatísticas de outros produtos agrícolas, assim como outras lavouras relevantes como batata, mandioca e hortaliças.

Carlos Alfredo Guedes, do IBGE, disse que a recuperação da soja e, principalmente, do milho está ligada à perspectiva de um clima favorável, sem problemas significativos de escassez ou excesso de chuvas detectados até agora, apesar das preocupações com a região do Matopiba (inclui áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), mais precisamente com o oeste baiano.

A preocupação do técnico do IBGE em relação ao Matopiba é compartilhada por Renato Rasmussen, analista do Departamento de Pesquisa e

Se confirmadas as perspectivas apontadas pelo LSPA divulgado em janeiro, a safra de soja passará de 95,8 milhões de toneladas no ano passado para 105 milhões este ano

Análise Setorial do Rabobank Brasil. O técnico destacou que a área concentra 11,5% de toda a safra de soja do Brasil e que vem de quatro anos de quebra da produtividade por conta da insuficiência hídrica, sendo que em 2016, ano mais severo dos últimos sete, a produtividade foi de apenas 2,2 toneladas por hectare (t/ha), com perda superior a um terço em relação às 3,4 t/ha colhidas em 2010.

Rasmussen, contudo, destacou que este ano as condições na região estão bem melhores, apesar de os efeitos da estiagem não estarem totalmente superados, tanto que no início de janeiro a parcela de lavouras em boas condições superava os 60%. “A região precisa de um bom ano de safra, pois quatro anos de estiagem e queda da produtividade passam a comprometer o fluxo de caixa dos produtores”, destacou.

Há também a permanência da seca em outras áreas da Região Nordeste do país que não estão incluídas no Matopiba, mas Guedes, do IBGE, ressaltou que os efeitos do fenômeno já estão englobados pelo modelo estatístico das estimativas do LSPA que trabalha com a média da produção nos últimos cinco anos, descartando o primeiro e o quinto. Isso quer dizer que a seca do Nordeste já está assimilada e que não deve alterar substancialmente os números globais, apesar do drama que representa para a vida na região.

O técnico do IBGE destacou também que este ano surpreendeu pelo

Safra de grãos terá maior crescimento do valor bruto da produção

Variação de 2017/2016

Agregado	Variação (%)
Safra de grãos	6,2
Outros produtos agrícolas	-0,9
Agricultura	3,4
Pecuária	0,4
Agropecuária	2,3

Fonte: CNA.



fato de ter havido aumento simultâneo das áreas plantadas do milho e da soja, embora no caso desta tenha sido de apenas 1,6%, sendo o crescimento de 9,6% esperado para a safra resultante quase que inteiramente do aumento da produtividade. “O que acontece normalmente é que o produtor substitui a soja pelo milho quando considera que será vantajoso”, disse.

Se confirmadas as perspectivas apontadas pelo LSPA divulgado em janeiro, a safra de soja passará de 95,8 milhões de toneladas no ano passado para 105 milhões este ano e a de milho aumentará quase 32%, passando de 63 milhões para 83 milhões de toneladas. Já a safra de arroz deverá crescer 9,5%, passando de 10,6 milhões para 11,6 milhões de toneladas, ante a perspectiva de

não se repetir em 2017 o quadro de excesso de chuvas e baixa insolação nas regiões produtoras.

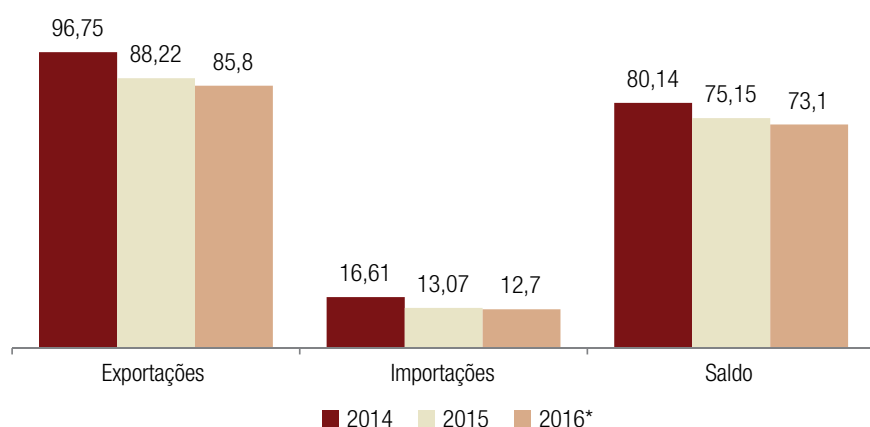
Guedes explica que a reação do milho está ligada aos bons preços no mercado interno diante da quebra da safra passada que levou o país a recorrer a importações para assegurar o suprimento doméstico. Já para a soja, o técnico do IBGE comunga da análise geral de que os preços devem permanecer estáveis em consequência das grandes safras do Brasil e dos Estados Unidos (118,7 milhões de toneladas no período 2016/2017), este o maior produtor mundial.

De acordo com a análise da equipe do Cepea, safras recordes nos Estados Unidos e no Brasil, também os estoques elevados devem limitar a alta do preço da soja no mercado internacional, o que não significa perda de rentabilidade para quem apostou no grão. Segundo a avaliação do órgão da Esalq/USP, a despeito da queda registrada no segundo semestre do ano passado, o preço da soja em grão segue competitivo em relação a outras culturas que disputam com ela a área a ser plantada.

Com base em dados do United States Department of Agriculture (USDA), o Cepea prevê que na safra 2016/2017 a área global ocupada pela soja chegou a 122 milhões de hectares e que a safra chegará a 338 milhões de toneladas, sob influência não só do Brasil e dos Estados Unidos, mas também de outros países, como a Índia (aumento expressivo, de 61,4%) e na China, principal importador do complexo soja, com aumento da produção doméstica de 6,1%. Entre os grandes produtores,

Números da balança caem nos anos agudos da crise

(US\$ bilhões)



Fonte: CNA.
*Estimativa.

Embarque de grãos em Paranaguá: estimativa de safra recorde movimentará os portos em 2017



somente na Argentina é esperada uma estabilidade para a safra de 2017. A previsão de demanda continuamente firme sustenta a expectativa de preços ainda favoráveis apesar da grande produção mundial.

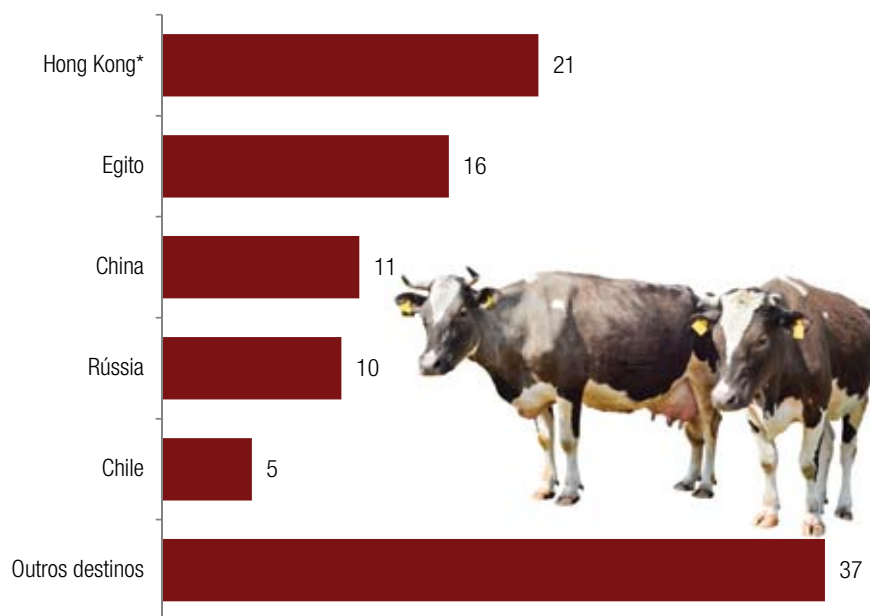
Já em relação ao milho, a equipe do Cepea que estuda o comportamento do cereal avalia que a expectativa de área plantada e de produção recorde, no Brasil e no mundo, somada à queda nas transações internacionais, tendem a derrubar os preços ao longo deste ano. A notícia não é das melhores quando se constata que as contas feitas pelos técnicos da USP, somando estimativas e previsões da Conab com os estoques existentes, indicam uma disponibilidade no Brasil de 92,3 milhões de toneladas, sendo que 56,1 milhões serão consumidas pelo mercado interno, restando 36,2 milhões para exportação.

O problema é que neste momento, segundo o USDA, o preço do milho brasileiro não está competitivo, seja em relação aos Estados Unidos, seja em comparação com a região do Mar Negro. Enquanto no Brasil e na Argentina, resultado da pouca oferta no ano passado, o milho estava cotado em dezembro a US\$ 184 por tonelada, nos Estados Unidos o preço estava em US\$ 159 e no Mar Negro, a US\$ 167, consequência da maior oferta em 2016 no Hemisfério Norte.

O ajuste do mercado brasileiro para baixo ao longo do primeiro semestre deste ano, resultado do aumento da disponibilidade, deve corrigir essa distorção nos preços, aumentando a competitividade da safra de milho do país e abrindo espaço para o crescimento das ex-

Hong Kong lidera a lista de importadores de carne bovina

Participação (%) por destino das exportações de carnes e miudezas bovinas (jan-set/2016)



Fonte: CNA.

*Hong Kong funciona como porta de entrada para países asiáticos, inclusive a própria China (Obs. *Conjuntura Econômica*).

portações. A expectativa da Conab é de que entre fevereiro deste ano e janeiro de 2018 o Brasil coloque no mercado internacional 24 milhões de toneladas de milho. A estimativa do USDA é que a produção mundial atinja o recorde de 1,04 bilhão de toneladas e o consumo, 1,03 bilhão. Esse quadro indica que a correção para baixo dos preços no Brasil não deverá ser tão drástica, devendo haver alguma correção para cima no valor do produto norte-americano.

Pecuária: boas perspectivas

A quebra da safra do milho no Brasil em 2016, elevando o preço doméstico e obrigando o país a importar cerca de 400 mil toneladas do produto, teve reflexo negativo nos segmentos de aves e suínos da pecuária, animais que se alimentam basicamente do ce-

real. Segundo Francisco Turra, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), entidade que congrega os dois segmentos, o preço do milho no mercado interno chegou a subir 81% em dólar.

“2016 foi um ano extremamente complicado, mas conseguimos provar a força da proteína animal no Brasil, mesmo sofrendo tudo que era possível”, o que inclui a redução “de 2% a 3%” na criação de aves e suínos. Mesmo assim, as exportações salvaram o mercado, com aumento de 2% em aves e de 32% em suínos, alcançando 732,9 mil toneladas neste último segmento (receita de US\$ 1,48 bilhão), dado que Turra considera promissor para a carne mais consumida no mundo, embora as exportações brasileiras de suínos estejam longe das mais de quatro milhões de toneladas de

frango e das 1,08 milhão de toneladas de carne bovina *in natura* vendidas no exterior em 2016.

A melhoria do cenário para 2017 começa, de acordo com Turra, com as boas safras de milho e de soja, assegurando oferta abundante de alimentos a preços competitivos. Como, segundo o empresário, os dados da Bolsa de Chicago (EUA) indicam que os estoques mundiais estão favoráveis aos exportadores, ele considera que o mercado mun-

dial em 2017 vai mais uma vez suprir a expectativa de mais um ano difícil no âmbito doméstico, com poucas possibilidades de recuperação das vendas.

A estimativa da ABPA é de que em 2017 a produção de aves alcance 12,9 milhões de toneladas, com 4,38 milhões sendo exportadas (34% da produção), mantendo o país na condição de maior exportador mundial. O crescimento das vendas deve ficar entre 3% a 5%. Segundo Turra, um

dos aspectos favoráveis às exportações é que o Brasil é o único entre os grandes produtores mundiais que nunca registrou um caso de gripe aviária, tanto que hoje o país vende carne de aves para cerca de 160 países do mundo.

Enquanto nas aves o mercado está consolidado e em expansão, em suínos Turra admite que a conquista ainda esteja em processo e que será necessário muito trabalho para fidelizar mercados novos que estão sendo abertos, como os da China, Japão, Coreia do Sul e México. Antes, segundo o presidente da ABPA, as vendas de suínos estavam muito concentradas na Rússia e sujeitas a constantes idas e vindas no credenciamento de frigoríficos.

Na área de suínos, Turra explica que outro trabalho importante é a eliminação de barreiras não tarifárias que, segundo ele, estão cada vez mais raras e concentradas, basicamente, no México e na Índia. De acordo com o empresário, os mexicanos ainda hesitam em comprar carne suína de um país que ainda vacina contra febre aftosa, embora esteja livre da doença. Turra disse esperar que em cerca de dois anos as regiões produtoras estejam livres dessa restrição que não impediu que as exportações de suínos chegassem a 17% da produção em 2016, contra 15% em 2015.

No segmento de carne bovina, Antônio Jorge Camardelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), afirma manter as expectativas dentro de um terreno conservador. “Devemos fechar 2017 com um volume similar de abate em relação a 2016, de 22 milhões

Brasil assumiu o segundo lugar entre os produtores de carne de frango

Produção mundial de carne de frango por país em 2015
(mil toneladas)

	Produção
Estados Unidos	17.966
Brasil	13.146
China	13.025
União Europeia (28 países)	10.600
Índia	3.900
Outros	29.373
Total	88.010

Fonte: ABPA.



de cabeças, senão menor”, diz. A estimativa da Abiec é que o setor fature US\$ 6 bilhões, aumento de 9% em relação a 2016.

No campo doméstico, Camardelli considera a tendência de queda da taxa básica de juros positiva para o caminho de recuperação da demanda. “Por outro lado, não contávamos com o fim da isenção de ICMS para frigoríficos anunciada em São Paulo, o que nos leva a moderar o otimismo”, afirma. Do lado das exportações, o executivo também segura o freio das expectativas, depois de um 2016 de forte queda nas vendas para alguns dos principais compradores da carne brasileira, fechando o ano com aumento de 1% em volume e queda de 6,85% em valor. Camardelli ressalta que, para manter compradores, a opção em muitos frigoríficos foi ofertar pacotes de produtos mais baratos. “Para a Rússia (destino em que as exportações brasileiras de carne bovina caíram 29,4% em valor em comparação a 2015), substituímos o dianteiro completo pelo chamado ‘dianteiro roubado’, que exclui os melhores cortes da peça”, exemplifica. “É uma ginástica operacional necessária, pois não há nada mais prejudicial do que perder um comprador e ter de voltar a disputá-lo depois com concorrentes internacionais.”

Para o presidente da Abiec, a manutenção do dólar em torno de R\$ 3,40 garantirá competitividade do produto brasileiro, “já que a matéria-prima, o gado, representa 80% do custo”. Também aponta como positivas as negociações para entrada da carne brasileira em países como Indonésia, México e Canadá – que,

Entre os exportadores, liderança brasileira está consolidada

Exportações mundiais de carne de frango por país em 2015 (mil toneladas)

	Exportações
Brasil	4.304
Estados Unidos	2.990
União Europeia (27 países)	1.150
Tailândia	580
China	393
Outros	1.376
Total	10.793

Fonte: ABPA.

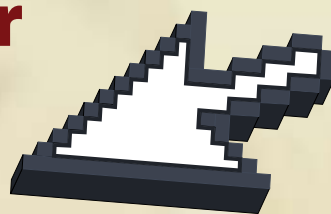


somados, representam um mercado importador de mais de 600 mil TEC (toneladas equivalentes de carcaça). “Também temos boas perspectivas no mercado sul-coreano”, acrescenta, que em 2015 exportou 414 mil TEC. “Este ano esperamos entrar em pelo menos dois desses mercados. Mas isso não entra na nossa conta, porque para que um acordo se transforme em vendas ainda é preciso um tempo de conhecimento, análise, encaixe de produtos”, afir-

ma. Quem, sim, está nos cálculos da Abiec é a China, que em 2016 representou 13% do faturamento dos exportadores brasileiros, com vendas de US\$ 702 milhões, contra 8% em 2015. “A China é o carro-chefe do trabalho de acesso a mercados na Ásia, e a expectativa é de consolidar e ampliar as exportações para lá”, conclui. ▼

*Colaborou Solange Monteiro.

Inovações podem gerar novo salto produtivo



“Quando falamos de safra recorde, ela não é resultado do que foi plantado no último ano-safra, mas do que foi plantado nas últimas três ou quatro décadas.” É dessa forma que Édson Bolfe, coordenador de Inteligência Estratégica da Embrapa, resume o peso do esforço inovativo na economia rural brasileira nos resultados que vêm sendo colhidos há alguns anos. Já se tornou lugar-comum entre especialistas em economia dizer que a atividade rural é a única na qual o país apresenta uma curva sustentável de produtividade.

Os economistas pesquisadores Mauro Lopes e Ignez Lopes, do Centro de Estudos Agrícolas da FGV/IBRE, avaliam que o Brasil está às portas de uma segunda re-

volução no campo que irá acentuar ainda mais a colheita desses resultados positivos. Essa revolução, segundo eles, está novamente asentada sobre os pilares do avanço tecnológico cuja vanguarda, já em processo de difusão acentuado, inclui a chamada agricultura de precisão, mapeando em tempo real as características do solo para resultar no uso ótimo dos insumos. Mas também engloba sementes resistentes a secas, enchentes e pragas e chega às chamadas biomanufaturas, como os alimentos funcionais.

“Temos muitas plantas que hoje se destinam ao uso industrial, às biomanufaturas. É a indústria do futuro, bem mais avançada do que

o etanol de segunda geração, por exemplo”, explicam. A agricultura de precisão é um processo que vem sendo desenvolvido há alguns anos e que utiliza equipamentos acoplados às máquinas agrícolas para fazer o levantamento preciso das características de cada trecho do solo de uma propriedade rural, de modo a corrigir as diferenças de qualidade produtiva entre um trecho e outro, às vezes dentro do mesmo hectare.

Ignez afirma que o grande desafio no que se refere à agricultura de precisão é assegurar a generalização da tecnologia, de modo a que ela possa beneficiar o grande e o



pequeno agricultor minimamente equipado. O engenheiro Marcio Albuquerque, presidente da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão, órgão consultivo do Ministério da Agricultura, e sócio-diretor da Falker, empresa especializada na criação de *softwares* para a agricultura de precisão, disse que existe essa preocupação e que as maiores dificuldades para que o objetivo seja alcançado são capital e, principalmente, conhecimento.

“Mesmo em áreas que dispõem de capital, existe a carência de pessoal treinado para o uso dos equipamentos”, explica Albuquerque. Segundo ele, essa falta de pessoal treinado é um dos fatores que tem levado a uma adoção irregular da nova tecnologia, já com cinco anos de desenvolvimento. “Existem alguns polos nos quais a adoção é bastante alta”, explica, destacando os grandes polos de produção rural, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Entre os pequenos, as regiões em que o cooperativismo está mais desenvolvido também saem ganhando, seja pela possibilidade de unir capitais para fazer os investimentos necessários, seja pelas melhores condições para treinamento de pessoal. Também nas propriedades geridas pelas gerações mais jovens de agricultores, mais familiarizados com o uso de GPS e de outros equipamentos digitais que fazem parte do kit da agricultura de precisão, Albuquerque disse que a difusão da nova tecnologia é maior.

Para que se tenha números mais precisos sobre a difusão da tecnologia, o empresário salienta que a comissão do Ministério da Agri-

O Brasil está às portas de uma segunda revolução no campo, impulsionada pelo avanço tecnológico, através da chamada agricultura de precisão

cultura está trabalhando para que o próximo Censo Agropecuário do IBGE, previsto para ser feito este ano, inclua no seu questionário uma pergunta sobre o uso da agricultura de precisão.

O desenvolvimento das novas tecnologias que, segundo os pesquisadores da FGV/IBRE, deverão resultar em um novo patamar para o agronegócio vem sendo feito tanto por empresas privadas como por grandes empresas, incluindo parcerias com a Embrapa, a estatal que, assim como a privada Embraer na indústria aeronáutica, transformou-se em símbolo do desenvolvimento do setor agropecuário no país.

Para ilustrar esse desenvolvimento, Bolfe, coordenador de Inteligência Estratégica da empresa de pesquisas agropecuárias, ressalta que nos últimos 20 anos a produção agrícola brasileira cresceu 230%, enquanto a expansão da área plantada não chegou a 50%. A expansão veio tanto com o aumento da produtividade das lavouras como

pela intensificação agrícola, com o plantio de duas safras anuais na mesma área, algo impossível, por exemplo, no clima da maioria dos países do Hemisfério Norte.

O estrategista da Embrapa destacou entre os avanços recentes, ou nem tão recentes da agropecuária brasileira a chamada integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), não necessariamente envolvendo os três elementos, buscando aumentar a produtividade com sustentabilidade socioambiental. Segundo Bolfe, já existem atualmente no Brasil 11,5 milhões de hectares nos quais são aplicados os conceitos de ILPF.

Além do trabalho no desenvolvimento de sementes resistentes a pragas e intempéries, destacado pelos pesquisadores da FGV/IBRE, Bolfe destacou que a Embrapa vem buscando desenvolver cultivares que permitam ao Brasil suprir carências que ainda possui na área de produtos agrícolas de primeira necessidade. Uma dessas pesquisas, já disponível para aplicação comercial, é o chamado “trigo tropical”, uma variedade do cereal adaptada para plantio no cerrado. Essa é uma iniciativa buscando eliminar o déficit crônico de trigo no Brasil, onde o cereal é cultivado apenas nas áreas de clima temperado do sul do país.

Na pecuária, segundo Bolfe, a aposta da Embrapa é na carne carbono neutro (CCN), tecnologia já registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). É a criação do rebanho em condições nas quais o carbono emitido pelos animais seja sequestrado pelo plantio de árvores e que isso possa ser certificado. (C.S.)

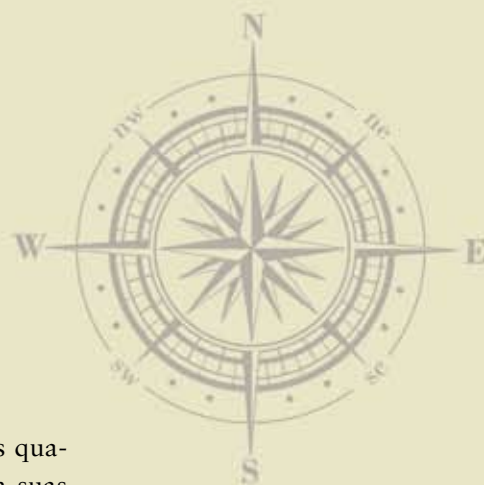
Logística – saídas para exportar

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

O potencial de exportação de grãos do centro-oeste brasileiro ainda esbarra no desafio de ampliar a capacidade de escoamento através dos portos do norte e nordeste do país, no contorno conhecido como Arco Norte. De acordo à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), enquanto nos últimos seis anos a produção de soja e milho na área de influência do Arco Norte cresceu 8 milhões de toneladas/ano, a capacidade de movimentação de carga nessa região expandiu-se apenas 2 milhões de toneladas/ano.

O caso emblemático desse descompasso é a BR 163, no trecho que liga a cidade mato-grossense de Sinop a Mirituba, no Pará. Graças ao investimento privado em estações de transbordo de carga (ETCs), Mirituba conta com uma capacidade de 16,5 milhões de toneladas destina-

das a portos que, nos últimos quatro anos, também ampliaram suas operações significativamente. “Santarém (PA) saiu de uma capacidade de 2,5 milhões para 5 milhões de toneladas; Vila do Conde (PA), de 5 milhões para 15 milhões, e Santana (AP) de zero para 2 milhões”, descreve Edeon Ferreira, diretor executivo do Movimento Pró-Logística, presidido pela Aprosoja. O aumento da capacidade na ponta, entretanto, não foi acompanhado por melhorias na rodovia, que desde 2013 deveria ter seu asfaltamento concluído, mas ainda registra cerca de 100 km pendentes de obras.



Ferreira afirma que esse atraso não se deve à falta de recursos, mas falhas na licitação. “Quando o leilão da rodovia aconteceu, em 2008, os lotes ficaram pequenos, foram tomados por empresas de pequeno e médio porte, e nem todas conseguiram executar. Há trecho que já vai para a terceira licitação”, diz. Outro motivo do engasgo nas obras, aponta o especialista, foi a falta de planejamento. “A licitação inicial foi feita toda apoiada em projetos básicos. Então, só depois que uma empresa assumia um trecho descobria, por exemplo, que a jazida de cascalho ficava mais longe do que esperava, aí tinha que trabalhar com aditivo, e a coisa se estendia”, afirma. Ferreira ressalta que, na região amazônica, atrasos de dias podem custar meses de paralisação, devido às condições climáticas. “Naquela área, basicamente, pode-se trabalhar cerca de cinco meses e meio em um ano, pois quando começa a chover não há como fazer movimentação de terra.”

A expectativa agora é de que as obras na BR 163 sejam concluídas em 2018. “Para que isso aconteça, entretanto, terão que ser tratadas com total prioridade. Em 2016, o acréscimo de pavimentação não chegou a 10 km”, ressalta Elisângela Lopes, assessora técnica da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura da CNA. Enquanto isso, as principais companhias que operam na região – ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus – avançam com o projeto da Ferrogrão, de uma ferrovia cativa de 933 km que abarca o mesmo trecho Sinop-Mirituba, com investimento previsto de R\$ 12,6 bilhões e capacidade de

O potencial de exportação de grãos do Centro-Oeste brasileiro ainda esbarra no desafio de ampliar a capacidade de escoamento através dos portos do Norte e Nordeste

escoamento de 35 milhões de toneladas. Em dezembro, o projeto ganhou uma sinalização importante do governo com a edição da Medida Provisória 758, que exclui a área projetada para a Ferrogrão do domínio da reserva ambiental do Parque do Jamanxim (PA). “Se o governo agir para facilitar o licenciamento ambiental, é possível que em cinco anos a ferrovia esteja concluída”, afirma Elisângela.

Os especialistas ressaltam a importância da ampliação de alternativas de escoamento a modais com custos mais competitivos que o rodoviário. Ferreira, da Aprosoja, aponta que em 2016 a média do frete no corredor de exportação mais tradicional, de Sorriso (MT) a Santos, foi de US\$ 79 a tonelada. Nos Estados Unidos, onde predomina o transporte de grãos por hidrovia, esse custo chega a US\$ 25 por tonelada. “Se substituirmos esses 2,2 mil quilômetros rodoviários e ferroviários do trecho Sorriso-Santos por mil quilômetros

rodoviários (Sorriso a Miritituba) e outros mil hidroviários (pelo rio Tapajós até portos do norte), calculamos uma economia de cerca de 34%”, diz, que poderá ser ainda maior com a Ferrogrão.

“O importante agora é garantir sinais consistentes para a iniciativa privada dar conta do recado”, diz Paulo Resende, professor de gestão de Operações de Logística da Fundação Dom Cabral (FDC). “A *commodity* agrícola é fácil de ser manejada, só é preciso dar opções e facilitar a vida do investidor privado”, afirma. Exemplo disso é a corrida verificada em 2013 pela instalação de terminais privados (TUPs), depois da promulgação da Lei dos Portos. “Desde então, foram registradas 57 solicitações para TUPs, com investimentos previstos de R\$ 14 bilhões, sendo 27 deles no Arco Norte”, diz Elisângela, da CNA. “Foi um movimento emblemático, pois possibilitou um aumento da capacidade, com tendência de redução de custos não só de transporte como operacionais, com melhora da oferta desse serviço”, diz Ferreira. O executivo da Aprosoja ressalta, entretanto, que para as áreas públicas que demandam concessões – como é o caso de alguns projetos novos em Santarém, Vila do Conde e Outeiro – ainda há uma agenda de aprimoramentos a se discutir. “Já tivemos algumas conquistas, como ampliar o prazo entre o edital e o leilão de 45 para 90 dias. Isso é importante quando se quer atrair investidores internacionais, que demandam mais tempo para montar seu plano de negócios e apresentá-lo à matriz”, diz Ferreira. “Mas ainda há muitos detalhes.

Arco Norte

Ampla potencial como corredor de exportação



Fonte: Conab.

Por exemplo, a responsabilidade de o investidor assumir as despesas de uma área em caso de que algo inviabilize sua exploração, como a descoberta de um sítio arqueológico. Quem vai querer entrar nesse quarto escuro?”, questiona.

Resende reforça o coro em favor de revisões e simplificações regulatórias, somando mais exemplos. “Hoje, para se liberar um píer em um rio brasileiro, por menor que seja, é preciso mais de 20 carimbos de dez agências e instituições públicas. É um caminho confuso, burocrático, e aprimorá-lo demandará mais capacitação técnica dos órgãos públicos para a avaliação de investimentos”, diz. O professor da FDC afirma estar otimista

com os primeiros sinais dados pelo governo Temer. “Há uma mudança de posicionamento importante, de que se quer jogar o jogo do mercado. Mas, na prática, é necessário que tenhamos uma operacionalização dessa boa intenção, separando questões conjunturais de estruturais”, afirma.

Mesmo que num ritmo aquém de seu potencial, entretanto, o Arco Norte já tem registrado evoluções importantes como corredor de exportações da produção do centro-oeste. “Até 2010 escoávamos em torno de 6 milhões de toneladas por aí; em 2015, foram 16 milhões”, compara. “Em 2016 só não continuamos nessa trajetória porque faltou produto, mas este

ano poderemos superar 25 milhões de toneladas”, diz. Ele ressalta que esse resultado inclui melhorias em outros trechos além da BR 163. “Para a produção que sai da BR 364 para a hidrovia do rio Madeira, a capacidade de transbordo em Porto Velho já chega a 12,5 milhões, e a do porto de Itacoatiara saiu de 3,5 milhões para 5 milhões nos últimos três anos. Já no Maranhão – onde a produção chega pela rota da BR 158 e a ferrovia Norte-Sul – a inauguração do Terminal de Grãos (Telegram) em 2015 somou uma capacidade de 5 milhões de toneladas ao porto de Itaqui”, diz. “É uma evolução importante, e esperamos que outros sinais positivos impulsionem a logística da região.”

China

ampliar margens

A mudança do padrão de crescimento chinês que vem sendo orquestrada nos últimos anos, privilegiando o consumo interno, não deverá afetar a demanda do país por bens agropecuários. Com o fim do superciclo das *commodities*, entretanto, economias que abastecem a China, especialmente as latino-americanas, deverão se dedicar com mais afinco à política comercial para explorar as chances de ampliar a receita de exportações desse setor.

Estudo divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no último trimestre de 2016 aponta que a tarifa de importação mediana da China aplicada a produtos agropecuários latino-americanos mais vendidos ao país, por exemplo, é cerca de duas vezes maior do que a da OCDE para os mesmos produtos.

Mauricio Mesquita Moreira, assessor econômico da Área de Integração e Comércio do BID, coautor do trabalho, ressalta que se essa tarifa se igualasse aos níveis verificados na OCDE, as exportações agrícolas da região poderiam crescer 9,6%. “É um percentual que não deveria ser ignorado”, afirma Mesquita. Em 2016, somente as vendas do agronegócio brasileiro à China somaram US\$ 20,83 bilhões, representando 24,5% do total exportado pelo setor.

No âmbito das barreiras não tarifárias, o BID identificou entre as mais prejudiciais a isenção do Imposto de Valor Adicionado (IVA) a produtores agrícolas chineses e que, a despeito das regras da OMC, não se aplica às importações. No caso de grãos não processados e soja, essa cunha tributária, segundo o BID, pode chegar a 13 pontos percentuais. Mesmo não se tratando de um



gasto, a perda de receita de produtores latino-americanos provocada por essa medida, segundo o banco, poderia chegar a US\$ 1,1 trilhão. No trabalho, os economistas do BID ainda citam outro levantamento da OCDE que identificou 124 programas de subsídios ativos na China em 2014 – atrelados ao uso de determinado insumo, área ou tipo de criação, por exemplo – e que representaram 4% da receita da produção agrícola chinesa naquele ano.

O embaixador Carlos Márcio Cozendey, subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores, afirma que a questão do IVA passou a ser investigada após o alerta dado pelo estudo. No caso da soja, diz, o principal foco da agenda comercial com a China tem sido a aceleração de autorizações para a exportação de novas variedades transgênicas. “A demora nesse processo compromete a sincronia entre plantar aqui e vender

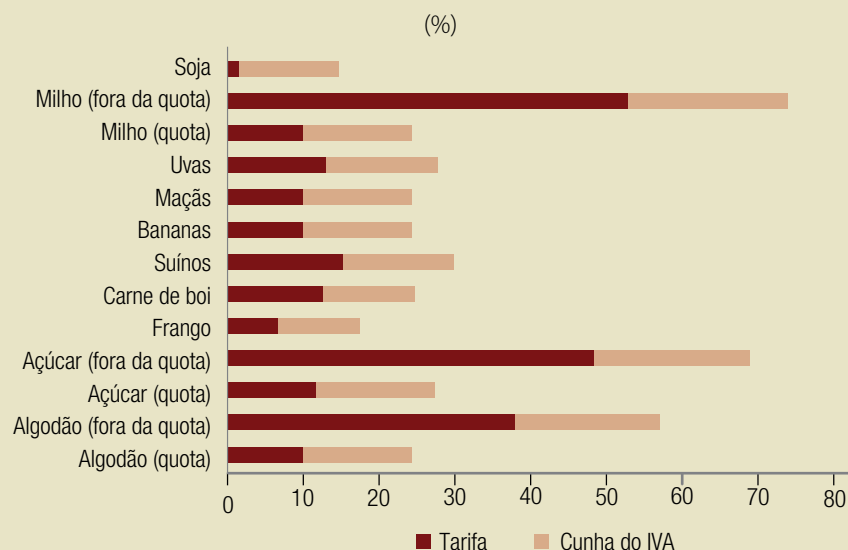
Em 2016, somente as vendas do agronegócio brasileiro à China somaram US\$ 20,83 bi, representando 24,5% do total exportado pelo setor

lá, por isso nos dedicamos a buscar velocidade nessa aprovação”, diz. Outro foco do ministério, afirma Cozendey, é agilizar as autorizações de frigoríficos brasileiros para vender à China. Nos últimos anos, o avanço do Brasil em plantas autorizadas – totalizando 40 avícolas, 16 de bovinos e 12 de suínos,

segundo o BID – impulsionou os números do setor. Em 2016, as exportações de carne bovina e frango à China registraram aumento de quase 50% em valor, somando, juntas, US\$ 1,5 bilhão. “Entretanto, a fração de produtores que podem exportar ao país ainda é reduzida”, diz Cozendey. O foco do ministério é concluir a negociação de um sistema chamado *pre-listing*, que elimina a necessidade de visita prévia da China, ficando a autoridade brasileira responsável pela identificação das plantas que cumpram os requisitos necessários para exportar.

Marcelo José Braga Nonnenberg, da Diretoria de Estudos, Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea, ressalta que, para o Brasil avançar em arranjos mais atraentes para o agronegócio brasileiro, deverá não só intensificar estudos sobre as barreiras nos países compradores, como também enfrentar as próprias disparidades que o tornam uma das economias mais fechadas do mundo. “Uma das medidas que poderia ser positiva é pensar em uma redução unilateral de tarifas de importação – por exemplo, em bens de capital e informática, em que registramos picos tarifários de 35% – o que abriria espaço para negociar sem precisar recorrer a um acordo de livre-comércio, que em geral demanda mais tempo”, afirma. “Isso não significa eliminar tarifas da noite para o dia, mas propor algo de forma gradual e estudada. Aí, sim, poderemos sentar à mesa com parceiros relevantes como a China mostrando o quanto ele importa”, conclui. (S.M.)

Tarifas de importação e cunha do IVA



Fonte: BID-INT com dados TRAINS para tarifas, entrevistas e USDA 2007 para a cunha do IVA.

Nota: Essa cunha é a diferença entre o IVA cobrado à produção doméstica e às importações.